

7ª Edição, maio de 2018

# INFORMA d u n i c e n t r o

## LUTAS QUE MARCARAM



Adunicentro - 15 anos na defesa dos direitos dos docentes da Unicentro



# SUMÁRIO

Editorial  
Boa leitura! **03** **10** Greve  
2016

Autonomia  
Universitária **04** **11** Velhos ataques  
Novas lutas

Adunicentro:  
Retrospectiva **06** **12** Debates  
Locais

Direitos:  
Debate e Resistência **07** **15** Reorganização  
Sindical

Governo Beto Richa:  
Uma mancha de sangue  
na educação **08** **16** Charges  
Que fizeram história



Foto: Daniel Castellano | Gazeta do Povo

Caro(a) docente,

Este material remonta um breve histórico de mobilizações de uma categoria que de luta em luto empenhou-se em construir uma universidade de mais transparente, com melhores condições de trabalho e que resistiu vigorosamente aos ataques do governo à educação pública.

Cada assembleia significou esperança para alcançar uma universidade verdadeiramente pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente. Cada cartão vermelho erguido com bravura contribuiu para o avanço de toda uma comunidade acadêmica que em unidade constituiu fileiras de luta por seus direitos.

A nossa entidade buscou se fundamentar na solidariedade de classe e no fortalecimento de vínculos entre o movimento social e sindical para desempenhar o eminente papel de romper o silêncio e jamais recuar.

Este histórico expressa esta condição e evidencia que da mesma forma que tivemos muitos enfrentamentos, alcançamos muitas vitórias.

Resistimos com greves, ocupações da Alep, grandes debates políticos, desconstrução de paradigmas e construção de melhores condições sociais, nos mantivemos firmes no dia 29 de abril que ficou marcado como o maior massacre da educação pública do estado do Paraná.

Enquanto houver educação pública haverá luta.

Boa leitura!

EDITORIAL

## EXPEDIENTE

O Informadunicentro é uma publicação do Sindicato dos Docentes da Unicentro.

Rua Professor Becker, 3272  
Sala 2 | Santa Cruz  
Fone (42) 3622-9066  
adunicentro@yahoo.com.br

Foto da Capa:  
Joka Madruga

Diagramação:  
Aline Koslinski

## DIRETORIA

Presidente | Profa. Dra.  
Raquel Terezinha Rodrigues  
DELET

1º Secretário | Prof. Dr.  
Fábio Ruela de Oliveira  
DEHIS

2º Secretário | Prof. Dr.  
Hélio Alexandre Mariano  
DEHIS

1º Tesoureiro | Prof. Dr.  
Denny William da Silva  
DEBIO

Diretoria de Ensino | Profa.  
Dra. Jane Maria de Abreu  
Drewinski  
DEPED



# AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O ano de 2013 começou com a tentativa de intervenção do governo do estado do Paraná nas universidades, alegando uma melhor gestão do estado, é publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto 7.599/13 no dia 18 de março — às escondidas dos reitores e de toda a comunidade universitária — que só vieram a ter conhecimento do assunto no dia posterior que, entre outros efeitos, retirava a autonomia das reitorias e as submetia a um Conselho Gestor. Seguiu-se então, uma série de protestos por todas as universidades, na UEPG em **26/03**, o então secretário Alípio Leal enfrentou protestos em sua visita a Uvaranas.

No dia **27/03**: Docentes, funcionários e estudantes somam mais de 200 pessoas em ato na reitoria da UEL e na UNESPAR, houve paralisação das atividades.

Em **01/04**: Docentes da Unicentro se reúnem em assembleia e deliberam por atos de protesto caso o governo não respeite a autonomia universitária.

Em **02/04**: Tendo ciência da reação nas universidades, o governo recua e anuncia que as universidades serão retiradas do decreto. O movimento docente, estudantil e dos funcionários foi vitorioso em impedir a intervenção do governo nos assuntos das IEES e reitores da UEL e UEM emitem nota conjunta ao governador alegando que não se eximem de prestar as informações solicitadas, porém não admitem que o governo se intrometa nos assuntos internos das IEES. Contudo, a prática de intervenção governamental deste governo ainda não havia se esgotado e uma luta muito dura se deu dentro da UNESPAR quando o Governo Beto Richa desrespeitou o Conselho Universitário da universidade e decidiu instalar a reitoria em Paranavaí. Vários atos foram realizados nos campi da UNESPAR e o movimento daquela universidade contou com o apoio da Adunicentro e demais sindicatos docentes.

Em **13/05**: Parlamentares se reúnem em audiência pública, com a presença da comunidade universitária da UNESPAR, reitores, representantes da Adunicentro e de outros sindicatos docentes para debater o respeito à decisão do Conselho Universitário em ter a reitoria na capital do estado.

Em **08/06**: Os sindicatos docentes das IEES (Adunicentro, Adunioeste, Sindunespar, Sesduem e Sinduepg) realizaram debate estadual sobre autonomia universitária no campus de Paranaguá da UNESPAR. Entretanto, ainda assim, o governador Beto Richa toma atitude contrária à comunidade universitária.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ DECLARA INCONSTITUCIONAIS NORMAS QUE FEREM AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA DAS IEES

Em 2005, o governador Roberto Requião, cumprindo com a inapropriada tradição dos governadores de restringir a autonomia das universidades, edita o decreto 5.098/2005 e a Resolução 30/2005. Pelos referidos Decreto e Resolução, Requião pretendia interferir em assuntos que não lhe diziam respeito. O governador intencionava trazer para si a definição de critérios, para decidir quais liberações de docentes assentiria para participar de cursos e congressos no exterior, cabendo a ele julgar pertinentes ou não. O governador não entendia que um docente, em vias de aperfeiçoamento não poderia ser encarado como um outro servidor público, e negava as saídas.

Os constrangimentos e a insegurança constantes a que estavam submetidos os docentes suscitou, em junho de 2008, a deflagração de greve geral na UNICENTRO e demais Universidades Estaduais do Paraná. A adesão massiva dos docentes fez com que o governo recuasse após três dias de paralisação e abandonasse o dispositivo. O forte envolvimento dos docentes foi fundamental para restituir aos reitores a prerrogativa de assinar, em última instância, a liberação para viagens ao exterior.

Também foi necessária a obtenção de medidas liminares para garantir a viagem de vários docentes ao exterior. Muitos já dispunham de verbas aprovadas por órgãos de fomento, prazos curtos e o compromisso já assumido da apresentação de suas conferências e trabalhos junto às entidades científicas de outros países. Assim a única saída foi judicializar vários casos (veja um deles a seguir). Motivada pela ADUNICENTRO, SINDUEPG, ADUNIOESTE, SESDUEM e ADUEL foi proposta em nome da Regional Sul do ANDES-SN a Ação Ordinária Coletiva nº 1603/2008. No julgamento, o Tribunal de Justiça do Paraná declarou inconstitucional o decreto nº 5.098/2005 e a resolução nº 30/2005. No entanto o Governo do Estado, certamente ainda inconformado com o que define a Constituição Federal, entrou com recurso da decisão em 2010 já no governo Pessuti. O Tribunal de Justiça, no entanto manteve a decisão, que foi publicada no último dia 7/10, segunda-feira. O recurso, que declarou a inconstitucionalidade do decreto nº 5.098/2005 e da resolução nº 30/2005 por ofensa ao artigo 207 da Constituição, foi julgado em 16 de setembro de 2013.

## SALÁRIO, CONTRATAÇÃO DE DOCENTES, FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE, ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

A Adunicentro, em conjunto com as entidades representativas dos Docentes da UEM, UNIOESTE, UEL, UENP, UNESPAR e UEPG, editaram em 2015 uma revista para contribuir para com a discussão do tema. Nesta publicação, além das análises realizadas em cada uma destas universidades, está a participação de lideranças da UNESP e USP, que relataram a experiência das universidades paulistas que adotaram o modelo da sub-vinculação orçamentária desde 1989.

Ainda em 2014, a SESDUEM, ADUNICENTRO, SINDIPROL/ADUEL, ADUNIOESTE, SINDUEPG e SINDUNESPAR promoveram, em Londrina e Maringá, um debate estadual sobre o tema. Um dos elementos trazidos neste debate, pelo Prof. Dr. Ciro Teixeira Correa, da USP foi: “Se essa crise não se manifestou antes, foi porque houve um ajuste “espontâneo” que reduziu o número de professores e funcionários desde a implantação do decreto. O presidente da ADUSP também apresentou dados que mostram que o arrocho salarial das categorias foi outro fator que retardou a eclosão da crise financeira que atualmente assola as estaduais paulistas.”

Em 2013, o Secretário da SETI, João Carlos Gomes, sugeriu o modelo de autonomia da Paraíba como uma referência para as Universidades Estaduais do Paraná. O Prof. Dr. João da Costa Chaves, que já foi Diretor do Campus da UNESP em Assis, concedeu ao nosso jornal, entrevista em que explicita a situação pela qual passam as universidades paulistas. A adunicentro de posse destas informações e da longa trajetória do ANDES-SN na defesa da autonomia, divulgou para a comunidade universitária sua análise naquele momento.

## O CASO DA UNICENTRO

Na Unicentro, tivemos o episódio do Prof. Dr. José Ronaldo Mendonça Fassheber, do DEDUF/CEDETEG, que foi impedido de participar de um congresso na Itália, onde também seria homenageado pelos seus trabalhos sobre a cultura indígena. O docente apresentou seu pedido de liberação junto ao departamento pedagógico que aprovou e encaminhou para os Conselhos Superiores da Unicentro que também aprovaram e remeteram ao Reitor que acatou a decisão dos Conselhos. O trâmite deveria terminar, mas o Decreto 5.098/05 exigia que fosse encaminhado o pedido à SETI (e a Secretária aprovou) e remetido ao Governador Requião que num ‘chulo’ despacho grafou: “Turismo, só nas férias!” rejeitou a liberação do docente.

A constituição de 1988, construída com grande envolvimento popular e após longo processo ditatorial, foi a primeira a conferir às universidades autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, vinculando-as apenas a obedecerem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A inclusão do artigo 207 de nossa Constituição se deve muito à participação do ANDES-SN nas discussões da constituinte que se deu em 1987-88.

Quando sofremos as investidas governamentais que atentam contra a autonomia universitária temos claro que ainda não derrubamos a ditadura por completo, ela ainda está presente nas atitudes de muitos governadores e alguns dirigentes universitários que ainda não assimilaram a nova ordem democrática.

PAUTAS, LUTAS, CONQUISTAS E AVANÇOS: A UNICENTRO E AS DEMAIS IEES





# ADUNICENTRO

## RETROSPECTIVA

### EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Em 2012 houve muito embate referente à discussão da carreira docente que motivou duas greves realizadas pelos docentes da Unicentro – 07 de março e 16 de agosto, com deliberação de greve por tempo indeterminado a partir de 23 de agosto – juntamente com as demais IEES.

Os docentes da Unicentro foram protagonistas do enfrentamento que remonta o início de 2011. O governo do estado frente a resistência, por sua vez, precisou reagir rápido e aprovou na ALEP um aumento real de 31,73%. Constituindo assim uma importante vitória para a categoria.

Com esse movimento conseguimos restabelecer as verbas de custeio da Unicentro, a nomeação de 69 novos docentes (garantidos em reunião com o Chefe da Casa Civil) e o abandono, por parte da SETI de sua política de querer “substituir cursos de baixa demanda”.

### PARANÁ PREVIDÊNCIA

Infelizmente o ano de 2012 não foi contemplado apenas com vitórias, obtivemos uma dura derrota que foi a reforma da previdência do servidor público do Paraná: a Paraná Previdência. Colocada em pauta pelo governo Beto Richa num momento em que havíamos terminado o ano letivo, o governo e a ALEP atropelaram toda a possibilidade de uma discussão democrática.

A Adunicentro tentou junto aos deputados de Guarapuava, (Artagão Júnior, Bernardo Carli e César Silvestri Filho) afim de que eles intercedessem em favor dos docentes da Unicentro e garantissem mais tempo para discutir o assunto que interfere no nosso futuro. Nenhum deles se posicionou a nosso favor. Os Deputados Bernardo Carli e César Silvestri Filho votaram com o Governo, sem querer abordar o assunto com os docentes e agentes universitários da Unicentro. O Deputado Artagão Júnior sequer foi votar. O governo errou quando não ouviu os docentes e provocou nova polêmica em 2015 ao pretender em corrigir a insuficiência do sistema aprovado em 2012.



# DIREITOS

## DEBATE E RESISTÊNCIA

### COMISSÃO DA VERDADE

Cumprindo com seu ideal classista, democrático e compromisso com a verdade histórica, a Adunicentro possui papel de destaque na criação da Comissão da Verdade e tem o professor Hélio Alexandre Mariano do DEHIS, indicado para compô-la. Ela irá apurar crimes de tortura, prisão, assassinatos, exílio, aposentadorias compulsórias entre outros promovidos pela ditadura militar (1964-1985), contra docentes universitários.

### GREVE 2013

Em outubro, o governo do Paraná não cumpre a promessa de pagar o acordo de equiparação salarial gerando uma onda de paralisações e perspectiva de greve nas universidades estaduais.

A deliberação da assembleia docente na Unicentro indicou a possibilidade de paralisação caso o governo não cumprisse com acordo de equiparação na folha de novembro, retroativo a outubro. A UEPG realizou paralisação em 06/11; a Unioeste paralisou em 31/10; UEL e UENP aprovaram indicativo de greve para o dia 28/11; UEM deliberou não iniciar o ano letivo em 2014 e; a UNESPAR realizou protestos.

Em novembro, o governador Beto Richa não é claro quanto ao cumprimento de acordo firmado com os docentes das IEES e coloca medo a categoria na perspectiva de greve.

### MOVIMENTO ESTUDANTIL 2012

Mas o ano de 2012 não havia terminado e houve um importante momento que levou os estudantes da Unicentro a levantarem a bandeira da estatização do Restaurante Universitário (R.U.). O movimento começou em agosto no campus de Irati com a “Marmitegem”, contabilizando diversos atos públicos em Irati, CEDETEG e na Reitoria. Fizeram ainda uma manifestação durante o vestibular em Irati, ocupando a reunião onde o governador Beto Richa estava presente e ainda realizaram outro ato na ALEP.

A assistência estudantil é fundamental para garantir a permanência dos estudantes na universidade. O movimento estudantil que defende a Unicentro – que se encontra na região com o IDH mais baixo do estado do Paraná– deveria receber o mesmo tratamento dos estudantes da UEL, UEM, UEPG e UENP onde há restaurante universitário estatizado e/ou moradia estudantil.

A falta de assistência estudantil na Unicentro causou em 2012 uma evasão discente de 45%, o que contribuiu para que houvesse uma mobilização estudantil que abria caminho para novas lutas que estavam se aproximando.



# GOVERNO BETO RICHIA: UMA MANCHA DE SANGUE NA EDUCAÇÃO

## PACOTAÇÃO

Logo no primeiro dia do conturbado ano de 2015, a Adunicentro publicou em seu site que o governo Beto Richa não havia realizado o pagamento do 1/3 de férias para oito mil docentes das IEES. Uma introdução representativa para o que estava por vir.

A proposta do “pacotaço”, que chegara à ALEP no dia 4 de fevereiro de 2015, tinha como intenção modificar resoluções acerca do sistema Paraná Previdência — em diálogo com o MP 664 —, do plano quinquenal de carreira docente, da autonomia universitária, entre outros aspectos. A mobilização foi imediata e ampla. Logo no dia 9 de fevereiro, a Adunicentro e outros sindicatos das universidades estaduais do Paraná reuniram-se em assembleias, e deflagraram greve por tempo indeterminado.

Nesse momento, universidades estaduais organizaram diversas caravanas com destino à Curitiba, com o intuito de manifestarem-se contra a maldade do governo Beto Richa. Sendo assim, no dia 10 de fevereiro, milhares de professores e estudantes, tanto das universidades quanto dos colégios estaduais e servidores, estiveram em manifestação no Centro Cívico de Curitiba, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná — ALEP. Durante a manifestação, que o ocorria dentro e fora das galerias da ALEP, a multidão de professores, estudantes e servidores ocupou a Assembleia com o objetivo de retomar um espaço público em favor da qualidade do serviço público e dos direitos. Dentre os ocupantes, estavam muitos membros da comunidade universitária da Unicentro.

Uma das grandes vitórias da greve, advindas da ocupação da ALEP, ocorreu logo no dia 13 de fevereiro: o presidente da ALEP anunciou o fim do uso do “tratoço” (Comissão Geral) como método. Durante esse processo de manifestações na capital paranaense, a Adunicentro promovia um

debate amplo e democrático, com Assembleias recorrentes, nos dias 12 e 19 de fevereiro, com o intuito de se organizar, a partir da base, designando os Comitês da greve.

Nesse ambiente de luta, os comandos de greve docente e estudantil decidiram se unificar para pautar pontos em comum. No dia 02 de março, os docentes da Unicentro decidiram pela continuidade da greve, com reivindicações mais específicas, após mudanças no “pacotaço”. No dias posteriores, docentes das IEES do Paraná se reuniram com representantes da SETI para discutirem as pautas da greve, e definir avanços nas negociações.

Uma vitória da greve: no dia 10 de março, o governador Beto Richa retira o decreto de autonomia universitária, que havia sido amplamente rejeitada pelas assembleias docentes. No dia 11 de março, em assembleia, os docentes da Unicentro decidiram por retomar as atividades pedagógicas, após várias vitórias contra as maldades do governo tuano.

Ao fim do mês de março, o governo Beto Richa apresentou uma nova e problemática proposta de reforma da previdência dos servidores públicos. Novamente a categoria docente, por meio dos sindicatos, se organizou em assembleias, para discutir a proposta, e os encaminhamentos a serem tomados. Mesmo com as aulas retomadas, a organização da categoria docente, não cessou. Em assembleia do dia 23 de abril, a categoria decidiu por retomar a greve, em contraponto à reforma da previdência.

No dia 27 de abril, segunda-feira, houve manifestações em frente à ALEP, em Curitiba, com a presença de professores e estudantes da Unicentro. Na terça-feira houve ataques da tropa de choque da Polícia Militar aos manifestantes, com balas de borracha, gás lacrimogênio e spray de pimenta, além da truculência da PM.



Foto: Bruno Covello | Gazeta do Povo



Foto: Daniel Castellano | Gazeta do Povo



Foto: Daniel Castellano | Gazeta do Povo



Foto: Ivonaldo Alexandre | Gazeta do Povo



Foto: Daniel Castellano | Gazeta do Povo



Foto: Bruno Covello | Gazeta do Povo

## MASSACRE DO DIA 29 E OUTROS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA

O dia 29 de abril — data da votação do projeto da previdência — os deputados estaduais estavam escondidos atrás de um aparato militar nunca antes visto contra civis. O governo Beto Richa, e seus aliados políticos presentes na ALEP, foram cúmplices do maior massacre à educação da história do estado do Paraná, e um dos maiores do Brasil.

Uma manifestação organizada pelos sindicatos docentes, das universidades, dos servidores, dos colégios estaduais, e de vários grupos de movimento estudantil, que chegou aos 20 mil manifestantes, na Praça Nossa Senhora de Salete (rebatizada agora, por Praça 29 de abril) foram massacrados, sob ataque aéreo e terrestre, pelo aparato militar colocado em “defesa” da Assembleia Legislativa. Violência absurda, para combater a educação e a organização dos servidores públicos.

No dia seguinte ao massacre, a categoria docente se reuniu em assembleia em Iрати e Guarapuava para discutir os acontecimentos do dia 29, levando em conta os relatos de professores e estudantes da Unicentro

que estiveram presentes no massacre, e discutiram também os rumos da greve, decidindo por continuá-la por tempo indeterminado, demonstrando organização contra a violência do governo. Nessa mesma assembleia, sob aprovação de mais de 95% dos docentes de ambos os campi da Unicentro os deputados que apoiaram o governo Beto Richa no Massacre foram declarados personae non gratae na Unicentro, especialmente os Deputados Estaduais Artagão Júnior, Bernardo Carli e Cristina Silvestri.

No seguinte 06 de maio, a Adunicentro enviou delegação do Comando de Greve Docente da Unicentro que, em conjunto com as demais seções sindicais do ANDES-SN, APP-Sindicato, Senadores, Deputados Estaduais e Federais do Paraná, representantes do Governo Federal, do Estado do Paraná e OAB participaram da Audiência Pública no Senado Federal, em Brasília para debater sobre a violência praticada contra professores, estudantes e servidores públicos do Paraná e sua repercussão internacional.

Na quarta-feira, dia 13 de maio, a Adunicentro convocou outra assembleia, para discutir a Paraná Previdência, o projeto da

Data Base, e os rumos da greve. Desse momento em diante, a Data Base tornou-se, inclusive, o foco principal da pauta da greve docente, solicitando o reajuste salarial de 8,17%, conforme inflação.

No dia 24 de junho, após encaminhamento de um projeto de reposição salarial, os docentes da Unicentro decidiram em assembleia, retomar as atividades acadêmicas, suspendendo a greve.

Entre os ataques contra a educação, que não pareciam sossegar em 2015, vários deputados considerados 'inimigos da educação' apresentaram a “PL da mordaza”. Proposta inconstitucional que previa punições para educadores(as) que, a partir de denúncias anônimas, fossem denunciados por “práticas de doutrinação política e moral”. Sombras da censura da ditadura militar que de tempos em tempos insistem em obscurecer a liberdade de expressão. A proposta apresentada no início do mês de dezembro foi derrotada, sob protestos e organização da categoria docente. A reação da sociedade paranaense a mais uma tentativa de arbitrariedade acabou forçando os deputados proponentes a retirar o projeto de pauta.



Foto: Ivonaldo Alexandre | Gazeta do Povo



Foto: Henry Milião | Gazeta do Povo



Foto: Bruno Covello | Gazeta do Povo



# GREVE EM 2016

# VELHOS ATAQUES NOVAS LUTAS



Com a presença de 203 docentes dos campi do CEDETEG e Santa Cruz, os docentes deliberaram por suspender temporariamente a greve iniciada em 24 de outubro de 2016. Isso significa que a greve poderia ser retomada caso o governo não respeitasse a reposição integral da inflação. A categoria docente entendeu ser estratégico suspender a greve e fazer parte da mesa de negociação com o governo sobre a pauta data-base.

## COMO AVANÇOS OBTIDOS DEVIDO À GREVE, FORAM RELACIONADOS:

- 1) a retirada da mensagem 043/16 que suspendia o pagamento da data-base, fruto de acordo para encerrar a greve de 2015;
- 2) o estabelecimento de uma mesa de negociação com o governo;
- 3) o 'aparecimento' de R\$ 1,4 bilhão que o governo jurava não existir.

## GREVE GERAL DOS TRABALHADORES NO DIA 11 DE NOVEMBRO

Foi aprovada a adesão à Greve Geral, que foi chamada pelas Centrais Sindicais no dia 11 de novembro para barrar a Reforma da Previdência, PEC 55/16, PLP 257/16.

## PERSEGUIÇÕES

A assembleia manifestou preocupação com possíveis atos de perseguição por parte da administração a docentes e/ou estudantes que se engajaram na luta reivindicatória em favor do coletivo.

## EM 2016 GOVERNO DO PARANÁ ENVIA MENSAGEM À ALEP SUSPENDENDO DATA BASE EM 1º DE JANEIRO DE 2017

O governador do Paraná remeteu à Assembleia Legislativa, mensagem suspendendo a reposição salarial dos professores e demais servidores do Poder Executivo, prevista para janeiro de 2017. "Um dia depois do primeiro turno das eleições, o governador formalizou o que escondeu durante a campanha eleitoral,

que iria dar calote nos servidores", disse na época, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT).

A emenda, proposta à Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado para 2017, estabelecia que a reposição salarial do funcionalismo não seria paga "enquanto não forem implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas aos servidores civis e militares" e condiciona o aumento à "comprovada disponibilidade orçamentária e financeira". Ou seja, não há data definida para o pagamento, que estava previsto na lei 18.493/2015, aprovada pela Assembleia Legislativa como parte das negociações para o fim da greve dos professores da rede pública no ano passado.

"Pode levar um ano ou mais para que os servidores tenham sua reposição. O envio deste projeto hoje, depois do segundo turno das eleições, é significativo do comportamento de quem governa o Estado", declarou o deputado Tadeu Veneri naquele momento. As entidades docentes entraram com ação coletiva em favor do pagamento da data base, porém o STF paralisou nacionalmente a discussão.

## DOCENTES SE REÚNEM EM ASSEMBLEIA E APROVAM NOVAS LUTAS

- 1) A rejeição integral do Decreto 4.189/2016 e pagamento imediato das promoções previstas na lei da carreira docente;
- 2) A reafirmação de que o TIDE é regime de trabalho, decidindo pela retirada do termo 'gratificação' de todos os documentos institucionais relativos ao assunto, a começar pela Resolução nº 46-CEPE/Unicentro, de 2011, bem como não utilizá-lo para posteriores teses judiciais promovidas pela Universidade;
- 3) Indicativo de adesão à GREVE GERAL como foi debatido na reunião ampliada do Fonasefe, para derrotar o PLP 257/16 (agora PLC 54/16), a PEC 241/16, a reforma previdenciária e trabalhista do governo Michel Temer.

## GOVERNO BETO RICHA DECIDE RETORNAR COM "PACOTE DE MALDADES" E QUER PRIVATIZAR A PREVIDÊNCIA

O governo Beto Richa tentou aprovar o "pacote de maldades" que ele chamou inicialmente de "pacote de austeridade" e posteriormente usou um nome menos agressivo: "ajuste fiscal". Seja qual for a denominação, o objetivo era o mesmo: retirar direitos dos servidores públicos e resolver as dificuldades de caixa do governo usando a poupança previdenciária dos professores e demais servidores públicos.

O ponto principal encaminhado para a assembleia, e que gerou novo confronto com o funcionalismo, é a previdência privada para os servidores que entram no funcionalismo a partir de daquele momento. Para os atuais servidores públicos, a experiência de outros fundos mostrava que poderia haver pressão para que façam a adesão, já que o novo fundo se iniciava descapitalizado.

A PREVCOM tentou desconstruir a previdência dos servidores paranaenses. Ela aplicou o modelo financeiro ao fazer do dinheiro da previdência, economizado pelos trabalhadores e trabalhadoras, moeda de especulação financeira e de salvação dos mercados de capitais. Quer exemplos? Vejam o caos da Petros, da Postalisa, da Funcef e da Previ.

## O GOVERNO BETO RICHA RETIROU A PROPOSTA DE IMPLANTAR A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO PARTE DAS CONVERSAS PARA O ENCERRAMENTO DA GREVE EM 2015

A intenção do governo foi, estabelecido um teto para pagamento de aposentadorias e pensões, equivalente ao que se paga no INSS, levar os servidores a adotar, a partir daí, um plano de previdência privada.

Afirmou o governo que isso não mexeria na aposentadoria de quem já estava trabalhando. Dando uma falsa tranquilidade aos atuais servidores. Joga-se o problema foi jogado para nossos futuros colegas como se nada tivéssemos a ver com isso.

O secretário não entendeu que as ações de nosso sindicato também se fundamentam no 'pacto entre gerações'. Sendo motivo de preocupação a carreira, as condições salariais, de trabalho e aposentadoria dos atuais e futuros servidores.



# PAUTAS DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL E NACIONAL GANHARAM ESPAÇO NOS DEBATES LOCAIS

## ESTÁGIO PROBATÓRIO

A Adunicentro pressionou a administração anterior da universidade referente à ilegalidade da aplicação da resolução 326/04, de 29/12/2004, sendo necessário entrar com mandado de segurança em 2005 para impedir que três professores fossem exonerados. Os docentes foram poupados da exoneração, ainda assim, mesmo sabendo que o regulamento não tinha valor jurídico, a universidade insistiu por anos em mantê-lo, prejudicando mais de uma centena de novos docentes. O modelo mantinha uma espada de insegurança na cabeça de cada um, e uma avenida aberta para a possibilidade de assédio moral. Ninguém sabia como se comportar, pois qual-quer avaliação negativa, ainda que sem fundamento e anônima, poderia fazer com que houvesse exoneração.

O CAD errou e insistimos que ele rediscutisse o assunto, mas foram necessários mais seis anos para que a Unicentro reparasse o erro. Como consequência desta experiência o sindicato promoveu, no primeiro semestre de 2012, O 1º Seminário Sobre Estágio Probatório para Docentes do Ensino Superior. Esta conquista serviu de esperança para que os novos docentes tenham maior segurança sobre o que é e o que não é exigido durante o estágio probatório, inclusive protegendo-os de eventuais tentativas de assédio moral, algo bastante presente e órgãos públicos.

## LICENÇA ESPECIAL

O ano de 2012 com a solução do problema da obstrução do direito dos docentes de fazer uso das licenças especiais, que a administração anterior da Unicentro insistia em bloquear.

Ao longo de 2011 tentamos sensibilizar, sem sucesso, a administração que continuava impedindo que o docente usufruísse do direito. Então em julho do mesmo ano, investimos no assunto: publicamos em nosso jornal informativo uma análise sobre a situação, bem como, passamos em diversos departamentos para discutir a problemática com os docentes e os encorajamos a não abrir mão de seu direito.

Obtivemos sucesso e durante a campanha eleitoral para reitor, o candidato único foi cobrado e questionado em praticamente todos os departamentos que visitou. E em um dos primeiros atos políticos de 2012, a nova administração da Unicentro melhorou consideravelmente a concessão das licenças.

## SAÚDE DOCENTE EM 2014

Em junho, sob a coordenação do Prof. Najeh Maissar Khalil do DEFAR, também vice-presidente da Adunicentro, foi promovido um seminário sobre o adoecimento dos professores universitários devido à sobrecarga crescente de atividades a que têm sido submetidos. Como resultado deste seminário, foi estabelecido convênio entre a Adunicentro, Unicentro e o Departamento de Farmácia para disponibilizar exames laboratoriais a todos os docentes da universidade. Os atendimentos começaram em novembro. O sindicato, preocupado com a saúde de nossos professores, inicia este trabalho como parte de um conjunto de ações para orientar sobre os riscos da síndrome metabólica associada ao produtivismo.

## AÇÃO DOS 14%

O ano de 2012 também registrou outra dura luta com importante vitória dos docentes da Unicentro, desta vez, conseguimos finalmente que a administração da universidade fornecesse as fichas financeiras referente à ação dos 14%. Visto que por quase 10 anos a reitoria utilizou a exaustão de recursos e manobras jurídicas para dificultar o ganho desta causa. Atualmente não cabe mais recursos e está em fase de execução.



## O EDUCARD

O mês de junho de 2013 presenciou a força das ruas com manifestações em todas as capitais e principais cidades do Brasil. Em Guarapuava não foi diferente, diversas são as reivindicações, mas a mais persistente em nossa cidade foi a rediscussão do modelo de concessão do transporte público coletivo e a exigência de passe livre. No processo de resistência o Terminal da Fonte foi ocupado em três oportunidades ao longo de 2013.

A pedido da Adunicentro, MPL - Guarapuava, DCE da Unicentro, APP – Sindicato e Sispmmug, juntamente com outras entidades, foi convocada em 11/07 uma audiência pública na Câmara de Vereadores para debater o transporte coletivo de Guarapuava.

A Adunicentro se envolveu fortemente nesta discussão por vários motivos, sendo que um deles era compreender que a implantação do passe livre é um mecanismo para diminuir a evasão discente na Unicentro.

A partir desta primeira audiência pública, uma série de outras reuniões foram realizadas ao longo do segundo semestre, que puderam levantar inúmeros problemas e possíveis irregularidades no modelo de transporte público coletivo em Guarapuava. Um dos primeiros resultados positivos foi o compromisso da prefeitura em implantar o passe livre para estudantes de baixa renda já no início do período letivo de 2014.



## MOVIMENTO ESTUDANTIL 2013

O ano de 2013 na Unicentro também foi marcado por uma série de mobilizações estudantis. Em junho, uma manifestação dos estudantes suspendeu a reunião do COU para exigir assistência estudantil. Convencidos a não se deixar dominar pelos labirintos da burocracia e pelos discursos evasivos do governo, que levam anos para se efetivar, os estudantes da Unicentro foram à luta. E as conquistas não foram poucas.

Fosse o não cumprimento do acordo entre governo e estudantes, estabelecido ainda em 2012, em agosto, os estudantes voltaram com força depois do recesso e promoveram a ocupação do prédio da reitoria onde permaneceram acampados até conseguirem audiência com o governador pessoalmente e comprometimento deste com investimentos em assistência estudantil e construção dos restaurantes universitários.

O movimento de ocupação ganhou grande repercussão na imprensa local e estadual e teve apoio de diversos departamentos pedagógicos que tornaram públicas moções de apoio. DEFIL; DEDUF; DEBIO e DEHIS.

O Deputado Tadeu Veneri esteve na reitoria da Unicentro ocupada para ouvir a reivindicação dos estudantes e empenhou seu apoio na ALEP, onde foi realizada a Audiência Pública para levar ao conjunto dos Deputados o debate sobre assistência estudantil. E no dia 16/08: Em meio a uma reitoria ocupada, em visita a Guarapuava, o governador recebe a presidente do DCE, Daiane Curi, juntamente com comissão de estudantes e promete estatização dos R.U.s para 2014 e contratação de docentes para a Unicentro. Após mais de um ano de manifestações e a ocupação do prédio da reitoria, o governador reconheceu que as reivindicações são justas.





**A HISTÓRIA DA CONQUISTA E DERROTA DO TIDE PELOS PROFESSORES COLABORADORES NA UNICENTRO**

O TIDE para professores colaboradores, garantido como direito nas demais universidades estaduais do Paraná, era negado na Unicentro. A situação dos professores colaboradores na Unicentro necessitou de uma reflexão sobre o modelo de precarização do trabalho a que o docente vinha sendo submetido. Carga horária elevada, várias disciplinas, contrato precário e condições de trabalho que resultavam em frustração com suas realidades profissionais, representam a situação atual. Recebimento de 55% a menos que os efetivos.

Dois dos docentes que estiveram à frente desta luta à época pelo TIDE, iniciada no ano de 2002. Relatam a dura caminhada para conquistar o benefício e que só teve sucesso porque houve um forte envolvimento dos professores colaboradores que se revoltaram e exerceram uma pressão que deixou a reitoria sem saída, concedendo o TIDE em 2002.

Lisandro Vieira, começou a trabalhar como professor colaborador na Unicentro em 2006 e no ano posterior começou o mestrado em Maringá. Na UEM já havia o TIDE, inclusive para professores colaboradores, uma situação bem diferente da Unicentro, segundo ele:

“Eu comecei a pesquisar esses documentos na UEM e o professor Oséias, que havia sido colaborador na UEL - Londrina (uma universidade que tinha TIDE para colaborador também), levantou a documentação da UEL. Essa busca nossa por provas de que implantar o benefício na Unicentro era possível, fortaleceu o movimento que fazíamos com os professores colaboradores, por meio de debates; de assembleias, fez aumentar a participação de colaboradores. Conseguimos provar que era possível. Entre Julho e Agosto de 2007, foi implantado o TIDE para colaboradores na Unicentro e a partir daí os professores colaboradores começaram a entrar com seus pedidos afim de receber o benefício.”.

Segundo o professor Francisco Ferreira Júnior, do DEHIS e diretor da Adunicentro na época, “Tudo começou com os contatos que fomos fazendo com as outras universidades do Paraná. Com isso a gente foi vendo que a Unicentro era uma das únicas universidades que não tinha TIDE para colaboradores. Estavam vindo professores de outras universidades como UEL, UEM, por exemplo, que tinham o benefício, mas que quando vieram pra Unicentro se depararam com uma situação diferente. Foi uma luta bastante importante e que não demoramos para ter sucesso após a adesão maciça dos professores”.

**A ADUNICENTRO PARTICIPOU DA DEFESA DO GAECO, QUANDO RICHA TENTOU APARELHAR O ÓRGÃO E PREJUDICAR INVESTIGAÇÕES**

A Adunicentro não mediu esforços para defender um dos instrumentos mais importantes para a defesa do patrimônio público e combate ao crime organizado. Em fins de 2013, O Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Guarapuava, na região central do Paraná, dispunha de apenas três, dos cinco policiais militares que trabalhavam nas investigações. A equipe, desde outubro, havia sido reduzida. O Secretário da Segurança Pública do governo Beto Richa, Cid Vasquez, provocou o impasse que determinou a retirada dos policiais e as novas investigações foram impossibilitadas.

A Adunicentro não se omitiu e se dispôs em trabalhar em defesa do GAECO. Após reuniões em Guarapuava nos propomos a articular entidades da nossa cidade que se somaram ao movimento em todo o estado.

**DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

Em 2013 o debate sobre o racismo ganhou destaque na Unicentro a partir do cancelamento do recesso acadêmico em respeito ao Dia da Consciência Negra. Vários docentes se posicionaram contra a suspensão do feriado e a discussão ganhou espaço na imprensa da cidade.

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

A Adunicentro também se engajou em apoio à Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero, contribuindo nos debates e eventos.

**COMUNIDADE QUILOMBOLA**

Outra campanha e que teve repercussão nacional foi em relação à comunidade quilombola Paiol de Telha, a qual teve, desde o início o apoio e envolvimento da Adunicentro e o DCE da Unicentro. A luta dos povos indígenas e da comunidade quilombola foi objeto de seminário promovido pelo ANDES – Sindicato Nacional em novembro.

# Reorganização sindical

Diante do quadro difícil e complexo das investidas do governo, a atual estrutura sindical não tem dado conta de fazer a necessária resistência e avançar. O governo mudou sua forma de atuar no que diz respeito ao enfrentamento das questões trabalhistas e sindicais e impôs novos desafios à classe trabalhadora, que obrigaram a uma reflexão de que precisávamos reorganizar nossas forças e pensar um novo modelo de representação. Embora unidos dentro do ANDES-SN, no Paraná as seções sindicais têm encontrado dificuldades para caminhar juntas. O Fórum das ADs, que reunia Adunicentro, Adunioeste, Sinduepg, Sesduem e Sindunespar esgotou sua capacidade de trabalhar conjuntamente devido a divergências acerca do modelo de organização sindical no estado em que parte desse grupo não considerava possível articular a luta estadual sem a presença da maior universidade do sistema. Dessa forma, em 2016, Sesduem e Adunicentro se retiraram do Fórum das ADs, mas não em uma política divisionista que nos enfraqueceria, mas no sentido de construir algo no lugar e ampliar nossas forças. Nasceu daí, em 2017, a rearticulação do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. O Comitê reuniu não somente as já citadas seções sindicais, como também os sindicatos mistos, o Sindiprol/Aduel e os DCEs de todas as sete universidades. A partir daí, foi com esse Comitê que o Governo teve que se reunir. O Comitê tem um papel maior de defesa da universidade e de sua autonomia e para tratar das questões específicas dos docentes, mas surgiu a proposta de abrir o debate acerca da construção da unificação das entidades em uma única. Nesse tempo, tivemos um importante ganho que foi a aprovação, em congresso, do processo de entrada do Sindiprol/Aduel, no ANDES, trazendo como base a UEL, UENP e FECEA/UNESPAR, e vem como uma seção sindical multi-institucional. O que está em debate, nesse momento, sem prejuízo da entrada da Adunioeste e Sinduepg no debate, quando assim desejarem, é a unificação do SINDIPROL, SESDUEM e ADUNICENTRO como uma grande seção multi-institucional. As três entidades somadas, representam mais de 60% dos docentes do Estado do Paraná nas estaduais. Unificadas, também estão em quatro das sete universidades estaduais (UEL, UEM, UNICENTRO e UENP), estando também dentro da UNESPAR, campus de Apucarana. Certamente seremos uma força política considerável perante as negociações com o Governo. O modelo da nova organização está em início de discussão e seguirá os princípios que sustentam o ANDES, ou seja organização pela base e por local de trabalho (não muito diferente do que a ADUNESP e SINDUTFPR praticam).



Foto: Ioka Madruga | APP Sindicato



CHARGES QUE FIZERAM HISTÓRIA — CHARGISTA RICARDO BORGES

